

## O segundo tempo da CPI

O discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), de que a CPI do Orçamento valerá menos pelos réus que produzir no presente e mais pelos que evitar no futuro, reflete hoje um sentimento generalizado nos meios oficiais, a revelar uma opção clara pelo início imediato da tarefa legislativa de reconstrução nacional. Governo federal, políticos e Forças Armadas entendem que, ao decidir ouvir todos os personagens citados pelo economista José Carlos dos Santos — o que implica em mais 26 depoimentos —, a CPI ingressa na etapa final de sua fase investigativa.

A convicção é a de que o caminho para o início efetivo dos trabalhos da assembléia revisora — fórum legítimo das mudanças estruturais — precisa ser consolidado em benefício da correção de rumos que alguns resultados obtidos pela própria CPI tornaram óbvia. É urgente, a título de mero exemplo, uma legislação menos burocrática, de pronta aplicação, que preserve o Congresso Nacional, daqui em diante, do constrangimento da convivência compulsória com parlamentares comprovadamente corruptos. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que antecedeu Simon nesse discurso, tem uma lista de propostas legislativas resultantes dos trabalhos da comissão.

O consenso de que novas e prováveis denúncias devem ser encaminhadas ao Ministério Público, tem o efeito colateral positivo de transferir para a assembléia revisora o palanque eleitoral de 1994, poupando o eleitor dos discursos acusatórios, mais próprios dos promotores públicos, e reabrindo espaço para o debate de idéias. O Congresso começa a se preocupar com a recuperação de uma imagem positiva e, para isso, nada mais eficaz que mostrar trabalho. É o segundo tempo da CPI.

Um estrelado comandante militar, que, no início da CPI, se preocupava com a possibilidade de tudo acabar em *pizza*, acha que o número de parlamentares

já comprovadamente envolvidos em irregularidades é suficiente para absolver a CPI de qualquer acusação de corporativismo. Esse general defende o aprofundamento das investigações de corrupção em todos os níveis, mas acha que é preciso conciliar o espírito investigativo com uma boa dose de objetividade na costura de ações preventivas.

Esse parece ser o espírito a orientar também a comissão que se forma para apurar a corrupção no âmbito do Poder Executivo. Seu comandante, o ministro da Administração, Romildo Canhim, um general da reserva, está determinado a sanear o que

for indispensável, mas "olhando para a frente", como ele mesmo diz, para não correr o risco de se perder em investigações que, em alguns casos, estão sustentadas em estruturas viciadas há mais de meio século. "O que não significará a impunidade daqueles que têm responsabilidade nas distorções", ressalva Canhim.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para a qual foi recentemente nomeado o general Newton Morei-

ra Rodrigues, será o primeiro laboratório, no âmbito do Poder Executivo, dessa experiência investigativa que coloca lado a lado, numa cruzada moralizadora, civis e militares. É até agora a nomeação concreta que o ministro Romildo Canhim conseguiu e que, já hoje, estará fazendo sua primeira reunião com o sucessor de Cássio Cunha Lima na Sudene.

A orientação recebida pelo general Newton — e que encontrou sintonia com seu perfil de bom administrador — é a de buscar o consenso entre as diversas correntes políticas nordestinas que disputam seus recursos, para a elaboração de um novo projeto que reponha o órgão na trilha a que se destinou originalmente. "Queremos algo fiel à filosofia do economista Celso Furtado, que o idealizou, e à gestão do general Euler Bentes Monteiro, que foi um de seus melhores administradores", resumiu o ministro Canhim.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

**O Congresso começa a se preocupar com a recuperação de uma imagem positiva**